

A HORA E A VEZ DO PENSAMENTO LIBERTÁRIO NA GEOGRAFIA

Entrevista com o professor Marcelo Lopes de Souza

Entrevista realizada no dia 7 de novembro de 2008, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com o Prof. Marcelo Lopes de Souza (MLS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizada pelo Prof. Cláudio Luiz Zanotelli (CZ), auxiliado pelo estudante do Mestrado em Geografia da UFES Flavio Palhano (FP).

Transcrição dos mestrados em Geografia da UFES Ana Maria Leite de Barros e Flávio Palhano.

Observação: Os livros citados quando as referências foram encontradas são referenciados na língua original se não se achou tradução em português, caso contrário, todas as referências são das edições brasileiras.

CZ e FP: Professor Marcelo Lopes de Souza, gostaríamos, para iniciar nossa entrevista, que o Sr. falasse de sua trajetória profissional e de sua história de vida, de sua formação, de suas práticas profissionais, bem como de seu engajamento junto aos movimentos sociais.

MLS: Eu entrei para o curso de Geografia da UFRJ em 1982. Formei-me no final de

85. Em 1986 eu estava entrando para o mestrado. Os anos de 1986 e 1987 foram anos pesados, porque durante uma parte desse período, no segundo semestre de 1986, ao final do primeiro ano do mestrado, recebi um convite para lecionar na PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro. Eu tinha uma bolsa de mestrado e também trabalhava em pesquisa, inicialmente recebendo recursos pela FINEP em um projeto de pesquisa vinculado à UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), e depois sendo pago diretamente pela UFRJ. Daí vinha a maior parte do dinheiro com o qual eu sustentava a mim e minha mãe. E, como isso tudo não bastasse, resolvi fazer um curso de Especialização em Sociologia Urbana, com a duração de um ano e meio, à noite, na UERJ.

Então, durante mais ou menos um ano, eu morava no subúrbio do Rio de Janeiro, levantava cedinho, ia para a PUC e dava minha aula de manhã. Em seguida ia da PUC, que fica na Zona Sul, na Gávea, para a Ilha do Fundão, onde todos os dias eu trabalhava em pesquisa; saía de lá por volta de cinco da tarde, comia um sanduíche e ia para a UERJ, lá no Maracanã, onde eu assistia ao meu curso de Sociologia Urbana.

*Entrevista com o professor
Marcelo Lopes de Souza: A hora
e a vez do pensamento libertário
na Geografia*

Às 22 horas voltava para casa e chegava em casa um pouco antes das 23 horas. Comia alguma coisa e ia dormir para, no dia seguinte, às cinco e meia ou seis da manhã, estar levantando da cama de novo. Isso durante mais ou menos um ano.

A minha dissertação de mestrado foi sobre o tema geral dos movimentos sociais. O título dela é provocativo, é uma pergunta: *O que pode o ativismo de bairro?* Eu me inspirei um pouquinho em Jean-Paul Sartre, que tem um trabalho instigante cujo título é *O que pode a literatura?* Assim, resolvi formular uma pergunta também no mesmo estilo. O subtítulo da dissertação de mestrado é *Reflexões sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista.*

Foi a minha primeira experiência, não tanto de interesse por ativismos sociais urbanos, mas, sobretudo, foi minha primeira experiência de militância, de participação como ativista. Eu fui ativista de meados dos anos 1980 até praticamente viajar para a Alemanha em 1989, onde realizei meu doutorado. Eu estava trabalhando, também, com o tema do ponto de vista acadêmico, procurando dialogar de maneira crítica com a produção brasileira e estrangeira, na Geografia e na Sociologia Urbana, que lidavam com essas questões quase sempre de um ponto de vista marxista. Esse já não era mais o meu ponto de vista nesse momento, eu vou falar sobre isso daqui a pouquinho. Havia uma visão bastante difundida, não só entre militantes de partidos de esquerda - como, por exemplo, os trotskistas -, mas na própria literatura acadêmica - o primeiro Castells de *La Question Urbaine* de 1972¹ - que aparentemente davam atenção aos movimentos sociais, mas, no entanto, no fundo, no fundo, não o faziam. Os movimentos sociais eram secundarizados por parte de muitos autores que os consideravam, em última análise, de menor importância em comparação com o papel dos partidos, que seriam os portadores da verdadeira transformação, que se daria fundamentalmente na esfera da produção e, portanto, teria um sujeito revolucionário bem definido, que seria a classe operária, o proletariado.

Eu considerava esse tipo de abordagem muito reducionista, um verdadeiro coador, tanto intelectual quanto politicamente. Resolvi lançar um olhar que pretendia fosse crítico e exigente, disposto a verificar as limitações, a fazer as ressalvas que fossem necessárias. Mas, ao mesmo tempo, digamos assim, um olhar generoso para com as questões trazidas por um tipo de ativismo que não é o sindical, que não é o movimento operário, e que não tem a ver, não surge, pelo menos, da esfera da produção, mas sim daquela esfera que se convencionou chamar - o que é, aliás, uma expressão também reducionista - de esfera da reprodução da força de trabalho: lutas por infra-estrutura, por habitação, por saneamento, o ativismo de bairro, etc.

Quando falo em ativismo de bairro, não estou me referindo, dentro da tradição terminológica e ideológica brasileira, apenas aos bairros formais (“comuns”), estou incluindo aí também as favelas; na minha dissertação tem um capítulo inteiro sobre as implicações dessa peculiaridade brasileira (em Portugal as favelas são chamadas de “bairros de lata”), portanto, é nossa peculiaridade excluir a favela do universo simbólico e da noção de bairro, o que tem pressupostos e implicações inclusive do ponto de vista político-organizacional. Eu polemizo, discuto a questão na dissertação, depois no artigo que publiquei na Revista Brasileira de Geografia, que na verdade é o retrabalhamento de alguns dos capítulos da minha dissertação. Bom, e essa foi minha dissertação de mestrado.

Em 1989, fui para a Alemanha. Em parte, houve várias razões, houve uma influência por parte de alguém que foi, do ponto de vista moral, muito importante para mim, que exerceu uma influência muito grande sobre mim: Orlando Valverde. Havia também uma curiosidade muito grande em relação à Alemanha, porque desde adolescente eu lia avidamente Filosofia. E se você se interessa por Filosofia, você, não tarda muito, acaba esbarrando com duas tradições, que são as tradições filosóficas principais no pensamento europeu/ocidental, as duas tradições, digamos, mais densas, que retomam a herança do pensamento grego: a tradição alemã e a tradição francesa.

1- CASTELS, Manuel. *La question urbaine*. Paris : Maspero, 1972.

A Filosofia, na Inglaterra e nos Estados Unidos, é, comparativamente à Alemanha e à França, muito pobre e muito limitada. Utilitarismo, pragmatismo e empirismo - são essas, fundamentalmente, as suas vertentes mais típicas (com todo o respeito que elas possam, eventualmente, merecer). Mas, o meu interesse pela Filosofia, a minha paixão pela Filosofia, sempre foi mais do que um simples hobby. Interessei-me pela Filosofia da Ciência por razões até mais ou menos óbvias, eu acho que qualquer cientista - e não somente cientistas sociais, mas também os cientistas naturais - deveria ter um envolvimento forte com a Filosofia da Ciência, as questões epistemológicas e metodológicas. Mas, no meu caso, em função dos temas pelos quais eu sempre me interessei, também a Filosofia Política - os autores da Filosofia Política - sempre mereceu uma atenção especial.

Então, algum tipo de interesse pela Alemanha surgiu ainda na adolescência, e resolvi concretizá-lo no âmbito do doutorado. Entre 1989 e 1993 fiz meu doutorado na Alemanha, quando então busquei construir um novo olhar sobre a chamada “questão urbana” no Brasil, e os desafios aí colocados. Vários tipos de desafios são postos. Análise de maneira integrada tanto as vitórias como a crise, os fracassos, as derrotas e os reveses dos ativismos sociais que re-emergem na segunda metade dos anos setenta e atuam durante os anos oitenta. No final dos anos oitenta, muitos já estavam claramente em crise. Artigo isso com uma reflexão sobre outros tipos de ação coletiva, muitas vezes não-programática, muitas vezes não-duradoura, efêmera às vezes, de tipos diferentes, como por exemplo: saques, quebra-quebras e também as reações da “violência cega”, despolitizada, como a criminalidade ordinária. É um momento inclusive em que percebo que não se compreende mais toda uma série de coisas essenciais da dinâmica da produção do espaço em nossas cidades, se não se leva em conta os agentes, as dinâmicas, os processos vinculados, por exemplo, ao circuito de varejo do tráfico de drogas. Enfim, ao “capitalismo criminal-informal”. É um momento em que meu olhar é despertado para isso, no final dos

anos oitenta, no começo dos anos noventa; artigo isso já naquele momento com a minha preocupação de muito antes com as reações, digamos programáticas, politizadas, organizadas, construtivas dos desprivilegiados, dos oprimidos. Particularmente com os “ativismos sociais”, e principalmente, com os movimentos sociais, que são ativismos sociais particularmente ambiciosos, com uma visão estratégica.

Estabeleço desde essa época uma diferença conceitual entre *ativismo social* e *movimento social*. Faço isso dialogando bastante, por exemplo, com o Alain Touraine autor do *La Production de la société*, de 1973², e outros autores. A maioria dos autores, principalmente na Sociologia e Geografia urbanas brasileiras, sempre costumaram usar a expressão *movimento social* de uma maneira vaga, designando qualquer tipo de ação coletiva como movimento social. Então, quebra-quebra numa estação de trem seria movimento social. Saque de supermercado seria movimento social. Perdeu-se completamente a capacidade até mesmo operacional de refinamento do conceito, eu discuto isso em um momento inclusive mais recente, com mais vagar, no meu livro *A Prisão e a Ágora*³. Mas essa é uma coisa que eu venho construindo na verdade desde a dissertação de mestrado, e que retomei no doutorado; é por isso inclusive que uso a expressão *ativismo de bairro* na dissertação de mestrado.

Peguemos alguns exemplos para distinguir ativismo de bairro de movimento social. Observa-se muito na história do Brasil que associações de moradores (ou mesmo federações de associações de moradores) foram e são, freqüentemente, marcadas pelo clientelismo. Isso aconteceu também no passado nas SAB's (Sociedades de Amigos de Bairro), nos anos 1950, muitas vezes criadas pelo *Janismo*. Podemos observar, também hoje, que vereadores organizam associações de moradores como parte de seu projeto de criação de currais eleitorais, etc. Bem, o que descrevi se constitui obviamente em ações coletivas ou está inscrito no contexto de ações coletivas, são expressões de um ativismo de bairro. Mas isso é um *movimento social*? Não haveria distinções do

2- TOURAINE, Alain. *Production de la société*. Paris : Seuil, 1973.

3- SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a Ágora. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da Gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Entrevista com o professor Marcelo Lopes de Souza: A hora e a vez do pensamento libertário na Geografia

ponto de vista de horizonte estratégico, do ponto de vista programático, do ponto de vista do grau de ambição, do ponto de vista da dinâmica, entre essas experiências descritas e uma organização de um movimento social comprometida, de maneira discursiva e prática - estamos falando da *práxis* -, com a transformação das relações sociais e dos processos de produção do espaço?...

Então, por mais que seja difícil empiricamente, na prática, às vezes, distinguir entre o que é o simples ativismo e o que é, por outro lado, um ativismo que de fato se apresenta como um verdadeiro movimento, me parece que, do ângulo conceitual, essa é uma distinção, entre outras distinções, que tem um valor operacional grande. Caso contrário, você fica num ambiente onde todos os gatos são pardos e não estabelece distinções que funcionam como parâmetros.

CZ: No fim dos anos setenta havia um sindicalismo dito autêntico, movimentos sociais, como os movimentos comunitários ligados as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), que, em parte pelo menos, apareciam como "autênticos" e que se contrapunham aos "movimentos sociais" associativos fisiologistas.

MLS: Também. Houve a publicação de um livro importantíssimo, exatamente no ano em que eu defendi a minha dissertação de mestrado, em 1988, chamado *Quando novos personagens entraram em cena*, do Éder Sader⁴, o já falecido irmão do Emir Sader. Ele discutia no livro diferentes tipos de ativismos e movimentos na região da Grande São Paulo e analisava suas dinâmicas e potencialidades.

Então, houve também ativismos de bairro, em periferias, sobretudo, e em muitas favelas, que foram vinculados a uma dinâmica bastante crítica, portanto eu não estou querendo dizer - na minha dissertação eu procuro fazer um balanço honesto sobre isso - que o ativismo de bairro, o ativismo favelado, esteja condenado ou que tenha sido simplesmente clientelista/fisiológico. Talvez os exemplos de ativismos de bairro, ativismos de favelados que não tenham sido verdadeiros movimentos, tenham

sido mais numerosos, mas houve aqueles, que inclusive muitas vezes, estimulados, puxados, criados e gerados no âmbito das Comunidades Eclesiais de Base, com o auxílio de padres progressistas, da Teologia da Libertação, etc., tiveram um papel importante. Inclusive na Baixada Fluminense, por exemplo em Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Vamos lembrar que em Nova Iguaçu o bispo era o falecido Dom Adriano Hipólito, e em Duque de Caxias tinha Dom Mauro Morelli. Isso, portanto, muitas vezes nas nossas periferias urbanas, teve uma importância grande.

Mas esses movimentos aconteceram, sobretudo, durante o tempo em que os partidos de esquerda estavam ainda tentando operar na clandestinidade, muitos ativistas encontraram em associações de bairros e favelas, eu discuto isso na minha dissertação e retomo na minha tese, um espaço de articulação das suas demandas, infelizmente em muitos casos tentaram aparelhar essas entidades, muitas vezes não deram no fundo grande atenção a elas, porque elas eram espaços-trampolim, mas em outros casos deram atenção e contribuíram muito para que o ativismo de bairro em alguns momentos se apresentasse muito crítico. Aquilo que eu discuto na minha dissertação, ou seja, muitas vezes foi possível conseguir transcender o localismo, indo-se de uma luta *de bairro* para uma luta *a partir do bairro*. Ou seja, conseguir aquilo que Raymond Williams, pensador e crítico literário inglês, chamou de um "particularismo militante", agendas e dinâmicas locais ensejando, a partir de determinado momento, articulações, um campo de visão mais abrangente, ensejando demandas e práticas que vão além do localismo, portanto elas vão além, elas rompem com o paroquialismo e com aquilo que tenho denominado "corporativismo territorial".

CZ: Isso nos leva um pouco à discussão da Filosofia Política e da Sociologia; na realidade a gente percebe nas articulações que você faz, nos seus escritos e em sua fala, essa preocupação com a questão da Filosofia Política e em boa parte também com a Sociologia. Você se coloca

4- SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

de maneira diferenciada em relação a muitos geógrafos brasileiros. Tem uma preocupação que não é periférica com essas questões, uma preocupação conceitual. Dialoga com grandes autores, como por exemplo, Castoriadis. Você não cita os autores como uma simples referência superficial, ou seja, aprofunda o debate e articula essas questões de Filosofia Política e Sociologia com a Geografia. Não sei se você teria algum comentário a fazer sobre isso, mas penso que é uma particularidade sua, juntamente com outros autores minoritários no campo da Geografia, dentro do quadro brasileiro.

MLS: É, tem muito a ver com a minha trajetória, com a minha biografia. Porque sempre tive, desde adolescente, duas paixões. Primeiro foi uma paixão estritamente intelectual, uma paixão pela ciência. Isso, inclusive, durante a minha adolescência, esteve muito ligado a uma paixão não só pela História, pelos problemas sociais, mas também pelas ciências naturais. Eu era apaixonado por Física, por Astronomia, etc. Montei um observatório na minha casa, desmontei um microscópio para montar um telescópiozinho refletor que meu pai ajudou a construir, também com madeira e tudo. Eu era apaixonado por Física, Astronomia e Matemática. Mas aquilo que ainda na adolescência predominou e suplantou as outras paixões, anos antes de eu prestar o vestibular, foi meu fascínio muito maior pela dinâmica da sociedade do que pela dinâmica e as “leis da natureza” e, também, a minha paixão pela Filosofia. Isso caminhou de maneira paralela, mas com muitas conexões, muitos entrecruzamentos. Meu pai havia sido um simpatizante do Partido Comunista nos anos 1940 e 1950. Ele tinha livros, como por exemplo, *Dez dias que abalaram o mundo*, de John Reed⁵. Lembro que com doze anos eu estava pegando sem autorização esse tipo de livro, isso foi em meados da década de setenta, não havíamos nem sequer entrado direito na famosa “abertura ampla e gradual” iniciada com o governo Geisel em 1975, então obviamente havia todo um problema aí de segurança e tudo, mas eu pegava escondido os livros e os lia.

CZ: Esse livro é um clássico.

MLS: É um clássico, pois é, porque é um livro muito acessível, o John Reed foi um jornalista norte-americano. É o único, se não me engano, estrangeiro que está sepultado lá no Kremlin. Ele se engajou na Revolução Russa. Lembro que tinha doze anos e fiquei absolutamente fascinado e, ao mesmo tempo, eu conversava bastante com meu pai sobre os crimes da Igreja Católica, sobre um monte de coisas. Aos doze anos eu me recusei a fazer primeira comunhão, isso criou uma celeuma na escola, que era um colégio católico da periferia do Rio. Com doze anos eu já tinha posições relativamente claras com relação e esses assuntos.

Ao longo do ginásio, como se chamavam na época os últimos anos do ensino fundamental, e do chamado segundo grau, hoje em dia nível médio, eu li bastante coisa, ia à Biblioteca Nacional, no Centro do Rio de Janeiro. Lia principalmente literatura histórica ou textos introdutórios ao pensamento marxista, ao materialismo histórico, etc. Então, quando eu entrei para a universidade, em 1982, eu me considerava um marxista, embora não atuasse, não militasse. Durante o segundo grau, por exemplo, eu não tive nenhuma militância estudantil nem nada disso. Quando eu entrei em 1982 para a universidade, eu me considerava um marxista e busquei, então, em questão de pouco tempo, me aproximar dos militantes, porque considerava que seria um complemento fundamental, porque não faria sentido você ser simplesmente um “marxista de academia” completamente desvinculado de qualquer tipo de ação política. Eu procurei me aproximar daquilo que me parecia mais palatável, o trotskismo, porque o stalinismo desde o início eu rechacei. Assim me aproximei do que era a Quarta Internacional, onde estavam os trotskistas, como sempre subdivididos em numerosos grupos e grupelhos.

CZ: E chegou a ser militante?

MLS: Militei periféricamente. Se bem que,

5- REED, John. *Dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: L&PM Editores.

quando eu fiz parte do Centro Acadêmico, eu já estava no terceiro ano, momento em que já tinha rompido com o marxismo. Notem, não digo que tinha rompido somente com o trotskismo, nem mesmo apenas com o leninismo em geral; a essa altura, já tinha rompido com o próprio marxismo. Porque foi um processo que culminou no final do meu primeiro ano da graduação em função do acúmulo de leituras de todos os tipos (marxistas heterodoxos e autores vinculados ao pensamento libertário e autogestionário), assim como de observações e reflexões pessoais.

Comecei a ter dois tipos de inquietação. Uma era um tipo de inquietação intelectual; comecei a considerar insuficientes várias coisas que inicialmente eu identificava como fazendo parte do marxismo ortodoxo, seja lá o que isso possa significar, e que para mim não davam respostas satisfatórias. Mas há, também, autores marxistas que são tão heterodoxos, que eu percebia claramente que eles próprios tinham problemas seriíssimos com uma parte importante do legado do pensamento marxista mais convencional, inclusive polemizando, às vezes, com o próprio Marx. Um autor que li no meu segundo ano da graduação é um teórico português muito pouco conhecido no Brasil, verdadeiramente brilhante; trata-se de João Bernardo. Autor, entre outros trabalhos, de uma obra em três volumes, das mais profundas que se pode encontrar, chamada *Marx crítico de Marx*, que me marcou profundamente. Porque era um autor que não era um marxista convencional, mas que tinha um enorme, um profundíssimo conhecimento da obra de Marx. Ele chamava a atenção com todas as letras para as ambigüidades, para as tensões internas, para as contradições não só de *O Capital*, mas da obra de Marx em geral. Ele me marcou muito, porque não era panfletário, era uma coisa extremamente profunda e que não poderia ser ignorada.

A minha insatisfação com o marxismo também se deu no âmbito prático-político. Porque se o stalinismo de imediato recusei, o trotskismo, por outro lado, me pareceu, inicialmente, uma coisa que talvez fosse um espaço válido de

militância. Mas não demorou muito tempo e eu comecei a perceber vários tipos de problemas, e comecei até de maneira intuitiva a notar que o problema não era meramente o trotskismo; era, na verdade, aquilo que sempre foi de longe o conjunto das vertentes hegemônicas do marxismo militante, ou seja, o bolchevismo, o leninismo. Então, eu não aceitava, eu tinha muitos problemas com uma série de coisas como o “centralismo democrático”, enfim do ponto de vista da organização, a excessiva verticalidade, hierarquia, práticas autoritárias, etc.

O meu contato com a militância libertária, entretanto, foi tardio, e só se deu em 1986. Foi quando travei contato com um grupo anarquista, o Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO), que estava na verdade baseado lá no IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) da UFRJ. Na Geografia, não havia praticamente nada de pensamento libertário. Mal se conhecia e mal se ouvia falar de Elisée Reclus e de Kropotkin. Eu travei contato com eles e me pareceu um espaço muito diferente, um espaço interessante, arejado, inclusive em questões relativas à cultura, político-culturais, de produção simbólica, assuntos que podiam ser debatidos de maneira muito mais livre. Entretanto, estavam excessivamente presos às referências o anarquismo clássico, o que me pareceu muito insuficiente.

Insuficiente, sobretudo, porque, àquela altura, eu já conhecia a obra de Cornelius Castoriadis, a qual, a meu ver, não poderia ser ignorada por libertários que pretendessem estar antenados com o mundo contemporâneo. O encontro com a obra de Castoriadis foi um divisor de águas em minha trajetória político-intelectual, em minha formação. Ele não é exatamente um anarquista, nem mesmo um neo-anarquista, mas sim um autor que refinou, que sofisticou, de uma maneira ímpar, o pensamento libertário - que, cá entre nós, nunca se restringiu simplesmente ao anarquismo clássico e ao neo-anarquismo de um Bookchin, por exemplo; existem vertentes autogestionárias e autonomistas que emergiram na segunda metade do século

XX e que mantêm com os autores anarquistas do século XIX e da primeira metade do século XX uma espécie de “afinidade moral”, devido à oposição comum àquilo que Bakunin chamava de o “comunismo autoritário”, isto é, ao marxismo. Castoriadis se inscreve no contexto daquilo que eu costumo chamar de “a grande família do pensamento libertário”, com suas diferenças internas. Para mim, foi o autor que fez a crítica mais completa do legado marxista; uma crítica profunda, porque ele a fez em vários planos simultaneamente: filosófico (ontológico, da Filosofia da Ciência e político-filosófico) e prático-político. O próprio Castoriadis havia sido marxista, mais especificamente trotskista; tinha militado na Grécia e, depois, na França. Ele fugiu da Grécia, quase foi morto pelos stalinistas. Chegou à França em 1945, lá ele militou na Quarta Internacional. Ele próprio havia, portanto, sido trotskista, e conhecia profundamente o pensamento e a obra de Marx. Então, soube produzir uma crítica extremamente bem informada, na verdade muito mais bem informada do que o conhecimento que muitos marxistas têm a respeito da obra de Marx e dos clássicos do socialismo... Para mim, ele foi e segue sendo uma referência fundamental. Antes de conhecer as suas idéias, eu tinha medo de ter uma postura crítica em relação ao marxismo que acabasse sendo “pela direita”, e não “pela esquerda”. E com Castoriadis, e também com a leitura de outros autores libertários, percebi que era possível realizar uma crítica bem informada, profunda e equilibrada, que fosse uma crítica “crítica” do marxismo, e não uma crítica conservadora ou injusta.

CZ: Castoriadis, desde o fim dos anos 1940, publica na Revista *Socialisme ou Barbarie*⁶ análises importantes das relações de produção na Rússia, demonstrando que aquele sistema um dia ou outro fracassaria. Pelo próprio processo de divisão do trabalho, de controle burocrático da máquina do Estado. Talvez tenha sido uma das análises mais antecipadoras que se conheça sobre a “débâcle” da ex-URSS.

MLS: Como ele dizia: “o mais duro e o mais frágil dos regimes”... Outros autores vieram a ter uma importância grande para mim: Deleuze, Guattari, Foucault, o próprio João Bernardo que eu acabei de mencionar. Marxistas heterodoxos, porém profundamente críticos, honestos, como por exemplo, Edward Thompson, Henri Lefèbvre e muitos outros. Mas Castoriadis, pela profusão e pela abrangência da alternativa que ele, como talvez nenhum outro, ajudou a impulsionar na segunda metade do século XX, permaneceu sendo a referência mais importante, embora eu, no meu livro *A Prisão e a Ágora*, sistematize algumas ressalvas importantes que tenho em relação àquilo que entendo como sendo certas lacunas ou problemas de sua obra. A gente não vai, obviamente - seria uma profunda contradição do ponto de vista autonomista e libertário -, ter uma atitude religiosa, uma atitude de não-crítica em relação a quem quer que seja; afinal de contas, todos nós somos pessoas do nosso tempo, do nosso contexto histórico-geográfico e cultural; independentemente das opções e das limitações estritamente subjetivas, nós somos produtos do nosso meio, no tempo e no espaço. Por exemplo Castoriadis, um autor nascido em 1922, em Istambul, de uma família grega, que na verdade vai ainda bebê para a Grécia, é socializado academicamente na Grécia, depois vai para a França. Vive o resto de sua vida na França; um europeu, com um olhar europeu. Portanto, eu, sendo brasileiro, nascido em 1963, diria que, quase por uma questão de decência, seria necessário ter um olhar distinto. Inclusive uma das questões também é o fato de que Castoriadis negligenciou bastante a dimensão espacial da sociedade, em comparação, por exemplo, com Foucault. E é uma das coisas que eu considero fundamentais que não sejam acrescentadas como quem acrescenta um simples tempero... Porque uma coisa que eu venho argumentando há muitos anos é que o projeto de autonomia, para ter um valor operacional pleno, precisa ser “especializado” de uma maneira densa e profunda, com relação a várias coisas, em vários sentidos, por exemplo a questão das escalas. E Castoriadis era um filósofo, também a gente não pode cobrar dele determinadas coisas. Os papéis são diferentes.

6- A revista *Socialisme ou Barbarie* foi fundada por Cornelius Castoriadis e Claude Lefort em 1949.

Entrevista com o professor Marcelo Lopes de Souza: A hora e a vez do pensamento libertário na Geografia

7- CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*. Paris : Seuil, 1975.

8- CASTORIADIS, Cornelius. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CZ: O que é muito interessante em Castoriadis é a relação que ele estabelece com a psicanálise; quando ele fala da autonomia ele fala muito também no sentido psicanalítico. De outro lado, há esse conhecimento que ele tem da Grécia antiga, dialogando com o presente. Isso tudo é muito original e criador. Ao mesmo tempo ele se engajou nos debates políticos de seu tempo.

MLS: Na verdade, o Castoriadis, durante décadas, a partir dos anos quarenta e até meados dos anos sessenta - quando o grupo Socialismo ou Barbárie, que ele funda com Claude Lefort em 1949, termina em 1965, mesmo se a revista *Socialisme ou Barbarie* continua a ser publicada até 1967 - foi, talvez, acima de tudo, um ativista, ainda que um ativista cultíssimo... Porque ele escrevia estudos filosóficos profundos e, principalmente, muitos textos de análise política - por exemplo, sobre a insurreição húngara de 1956, sobre o cotidiano da fábrica e a re-atualização dos desafios para a luta social. A análise dele sobre a experiência totalitária, à qual você tinha feito referência anteriormente, ele já começa a discutir isso muito cedo. Mas ele, na verdade, só é “descoberto” para o mundo acadêmico quando já tinha 53 anos, e muitos trabalhos publicados e escritos, inclusive até obter a cidadania francesa em setenta ele publica sobre pseudônimo porque ele podia ser extraditado. Então, na verdade, ele só é “descoberto” pela academia depois da publicação de *A instituição imaginária da Sociedade*, em 1975.⁷ Então, ele é convidado para lecionar; ele tinha muitos amigos, mas na verdade a resistência ao nome dele era grande por parte dos marxistas, por parte dos conservadores, dos liberais, por parte de muita gente. Ele é convidado para lecionar na instituição à qual permaneceu vinculado até o fim da vida, a *École de Hautes Études em Sciences Sociales* (EHESS), e a partir desse instante a produção dele se torna visível para um público acadêmico amplo. Pois, para o ativistas e militantes, Castoriadis teve uma influência muito grande já no fim dos anos sessenta. Daniel Conh-Bendit, o *Dani le Rouge*, principal líder estudantil em 1968, dizia que ele e seus companheiros debatiam Castoriadis e outros textos também

publicados na revista *Socialisme ou Barbarie*, mas principalmente discutiam Castoriadis intensamente.

CZ: Há um livro que tem um diálogo entre os dois.

MLS: Sim, *Da ecologia à autonomia*. Trata-se de um debate que os dois foram convidados a fazer, um debate público na Universidade *Louvain (la Neuve)*, na Bélgica. E que virou um livrinho publicado pela Brasiliense, delicioso e muito acessível, chamado *Da ecologia à autonomia*⁸.

CZ: Sobre o Castoriadis, a gente falaria o dia todo, tão vasta é a obra dele. Mas, quando você se refere a essa questão do espaço, da negligência do espaço em alguns autores importantes, e, ao mesmo tempo, diz que nós não podemos exigir de certos pensadores que eles pensem tudo, me fez lembrar de Reclus, que inclusive você já citou nessa entrevista. O que você acha que poderia ter de interessante na obra dele? Você tem um conhecimento mais aprofundado sobre o Reclus, como é que ele entraria nessa articulação com a autonomia?

MLS: Eu tenho um carinho muito grande pelo Reclus. Confesso que tenho um carinho maior ainda pelo Kropotkin, no sentido intelectual; um interesse maior pelo Kropotkin. E são dois autores que, inclusive, eram muito amigos. O Elisée Reclus talvez tenha sido mais conhecido para o público geral como geógrafo do que como anarquista, quer dizer, como autor ele esteve num plano digamos, não foi o mesmo plano dos três autores talvez mais importantes do anarquismo clássico, que foram Proudhon, Bakunin e Kropotkin. Mas ele foi um ativista muito conhecido, muito importante, muito respeitado.

Talvez o Reclus seja mais conhecido como geógrafo-anarquista, enquanto Kropotkin como anarquista-geógrafo. Porque Kropotkin é um nome conhecidíssimo no mundo inteiro por todos, e muitas vezes não se vincula a produção do Kropotkin de maneira mais direta com uma produção “geográfica”. O que em parte tem a ver com o perfil da

produção científica do Kropotkin, que foi de certa forma até mais vinculada a estudos que hoje em dia a gente chamaria de Geografia Física. Ele tem trabalhos sobre Geomorfologia, sobre Geologia, inclusive sobre Orogênese, etc. Trabalhos que inclusive foram respeitados como importantes e pioneiros por outros cientistas naturais de sua época. Mas ao lado dessa vertente de naturalista do Kropotkin, há outra coisa, e aí eu creio que, nesse sentido, o Kropotkin explicitou, aprofundou mais do que o Reclus, que tem coisas formidáveis, mas em alguns casos até um pouco dispersas nas grandes obras publicadas em vários volumes. O Kropotkin, de certa maneira, do ponto de vista intelectual-programático, explicitou mais certas coisas, por exemplo, no livro *Campos, fábricas e oficinas*. O livro é absolutamente fenomenal, porque ele discute dois processos que são interligados e que mencionei em vários trabalhos meus, como o meu livro *A prisão e a ágora*: o processo de desconcentração econômico-espacial radical e o processo de desconcentração político-territorial. E ele articula as duas coisas. Ele tem isso também discutido de maneira explícita e sistemática em outros trabalhos. E é claro que o Reclus também tem essas coisas, inclusive eles eram amigos, como eu já disse.

Se não me engano, inclusive quando o Kropotkin esteve preso na França, o Reclus foi aquele que ajudou a puxar um movimento de indignação para que o Kropotkin fosse libertado, muitos cientistas importantes escreveram petições para que ele fosse libertado, o que finalmente aconteceu. Portanto, havia um diálogo muito grande entre os dois.

CZ: Na realidade, no Brasil o Reclus é esquecido.

MLS: Quase totalmente esquecido. Porque, veja só, obviamente, diante da Geografia Clássica, que, quando teve exceções de esquerda, essas exceções quase sempre eram marxistas. Por exemplo, o geomorfólogo Jean Dresch, e Pierre George, com sua relativa proximidade com o Partido Comunista francês, ou mesmo Yves Lacoste, mais ou menos

claramente vinculados a tradições marxistas. Havia uma má vontade, um desconhecimento ou preconceito em relação a Reclus e em relação a Kropotkin também, por terem sido anarquistas. Quando nós temos a virada crítico-radical no começo dos anos setenta, um marco fundamental aí é *A justiça social e a cidade*, do Harvey, de 1973⁹, e depois nós temos na França um marco importante que é *A geografia, isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*, do Yves Lacoste, de 1976.¹⁰

CZ: Mas, Lacoste é um dos primeiros a resgatar e difundir Reclus, já no fim dos anos 1970.

MLS: No entanto, o resgate do *pensamento libertário*, de modo consistente e orgânico, não se dá. Não vamos confundir as coisas: Lacoste é, claro, um autor muito importante, e teve o mérito de promover esse resgate; mas foi um resgate parcial, muito limitado... Lacoste é um autor crítico, indiscutivelmente, mas sente-se nele o peso de um pensamento um tanto quanto burocrático, do meu ponto de vista, que continua a se fazer presente. Então, a partir dos anos setenta, o Reclus, inclusive, vai ser um autor mencionado, às vezes até resgatado aqui e ali, mas, para o meu gosto, mesmo na França, geralmente de uma maneira muito epidérmica. De uma maneira, geralmente, meio “museológica”. O pensamento libertário na e da Geografia, esse foi pouco recuperado, e ainda menos praticado e desenvolvido. A gente tem, por exemplo, um número antigo da revista *Antipode*, organizado pelo Richard Peet, que foi dedicado a espacialidades e ao pensamento libertário, ali há trabalhos de geógrafos sobre a espacialidade dos anarquistas durante a Guerra Civil na Espanha etc. e tal, mas ficou uma coisa um pouco isolada, porque, na realidade, a virada crítico-radical dos anos setenta na Geografia foi marcada em quase noventa e nove por cento dos casos pelo pensamento marxista, em uma vertente ou em outra. Do ponto de vista acadêmico, nos anos setenta, havia um marxismo predominantemente estruturalista, althusseriano. Então, não é à toa que outros autores, que não se encaixavam nessa forminha do materialismo histórico, não vieram a ser muito discutidos, e aí eu estou

9- HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. Tradução: Armando Corrêa da Silva, São Paulo: Hucitec, 1980.

10- LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Tradução: Maria Cecília França. Campina: Papyrus, 2ª Edição, 1989.

11- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado*. 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p.153-165.

12- Foucault depois de ter sido interrogado no primeiro número da Revista *Hérodote* pelos geógrafos, levantou algumas questões sobre a Geografia no número 3 de *Hérodote*, datado de julho-setembro de 1976. Ver a esse propósito a Revista *Geografares* n° 2, junho de 2001, p.14 e particularmente a nota de rodapé número 35 na página 14.

13- Élisée Reclus. *Hérodote. Revue de géographie et de géopolitique*, n°117, 2° trimestre 2005

14- RECLUS, Elisée. *L'homme et la terre. Introduction et choix des textes par Béatrice Giblin*. Paris : François Maspero/La Découverte, 1982.

15- ANDRADE, Manuel Correia (Organizador). *Élisée Reclus. Coleção Grandes Cientistas Sociais, Geografia*, n°49. São Paulo: Editora Ática, 1985

16- RECLUS, Élisée. *Texto revisado por Béatrice Giblin. L'homme et la terre. Histoire Contemporaine. Tomes premier et second*. Paris : Fayard, 1990.

17- CHARDAK, Henriette. *Élisée Reclus. L'homme qui aimait la Terre*. Paris : Stock, 1997. CORNAULT, Joël. *Élisée Reclus, étonnant géographe*. Editions Fanlac, 2003. CORNAULT, Joël. *Élisée Reclus, géographe et poète*, Editions Féderop, 2003. SARAZIN, Hélène. *Élisée Reclus ou la passion du monde*. Editions du Sextant, 2004.

18- RECLUS, Élisée. *Du sentiment de la nature dans les sociétés modernes et autres textes. Anthologie composée, présentée et annotée par Joël Cornuault*. Charenton : Premières Pierres, 2002. RECLUS, Élisée. *Histoire d'une montagne*. Paris : Actes Sud, 1998. RECLUS, Élisée. *Histoire d'un ruisseau*. Toulouse : Plume de carotte, 2007.

falando também de autores contemporâneos, como Foucault - nos anos setenta praticamente não se dialogou com Foucault, na Geografia. O Yves Lacoste, o pessoal da *Hérodote*, teve uma iniciativa importante naquela entrevista com Foucault, que está reproduzida nessa coletânea publicada pela Graal¹¹, organizada pelo Roberto Machado. Mas foi uma das exceções.

CZ: O interessante é que houve uma resposta do Foucault às questões dos geógrafos, que inclusive nunca foi traduzida no Brasil, publicada também na *Hérodote* naquela época¹². Recentemente, em 2005, foram comemorados os cem anos da morte de Reclus, na ocasião a revista *Hérodote* publicou um número especial sobre Reclus¹³. Acho interessante observar que não só o Lacoste, mas também a Béatrice Giblin, resgataram a obra do Reclus; essa última, que desde o início faz parte da equipe de *Hérodote*, organizou um livro com trechos escolhidos de *O homem e a terra* de Reclus que foram precedidos de uma longa apresentação da vida e da obra dele¹⁴. A essa apresentação Manuel Correia de Andrade fará referência no livro que organizará com textos escolhidos da obra de Reclus na Coleção Grandes Cientistas Sociais da editora Ática¹⁵. Então, houve um resgate que hoje está continuando, de publicação de algumas obras fundamentais de Reclus, particularmente *O Homem e a Terra*, que foi reeditado, de maneira reduzida, em dois volumes na França, sob a coordenação de Béatrice Giblin¹⁶. O original, em seis volumes, não foi até hoje reeditado. Muitos livros têm sido publicados na França sobre a vida e a obra de Elisée Reclus¹⁷ e têm sido reeditados alguns clássicos de Elisée, bem como coletânea de diferentes artigos que ele publicou¹⁸.

MLS: Concretizando um pouquinho melhor o que eu tinha falado antes, porque talvez não tenha realmente ficado claro, é o seguinte: algumas vezes se tem um tipo de olhar que é de simpatia, é de reconhecimento, até de, digamos, uma espécie de desagravo com relação a geógrafos importantes libertários, que foram totalmente negligenciados durante décadas; mas, do meu ponto de vista - e aí,

obviamente que eu não preciso ficar repetindo sempre, estou falando do *meu* ponto de vista, não posso falar do ponto de vista de outros -, há incompletudes importantes, há uma certa falta de “organicidade”. Manifestar interesse acadêmico e uma certa “simpatia”, para mim, não é suficiente para que se possa falar, seriamente, que as idéias de um intelectual revolucionário estão sendo “recuperadas” ou “resgatadas”... Vou dar um exemplo brasileiro: um historiador bastante conhecido - eu vou mencionar o nome, não tem problema, porque é uma coisa pública, e ele, aliás, é um intelectual muito respeitável da Universidade Federal Fluminense -, que é o Daniel Aarão Reis Filho, um intelectual vinculado ao pensamento marxista - que, portanto, nada tem de libertário -, tem promovido eventos para discussão do pensamento anarquista no mundo e no Brasil... Mas isso, digamos, acaba se resumindo a eventos acadêmicos episódicos. Ou seja, é uma coisa que é, no mínimo, curiosa, porque parte, às vezes, de autores que não são libertários, como não são nem Lacoste nem Daniel Aarão Reis Filho... Então, uma coisa que me parece fundamental é a possibilidade de você ter resgates de maneira mais orgânica, inclusive vinculados às reflexões contemporâneas e às práticas e colaborações com os movimentos sociais. Não é suficiente “resgatar” um autor libertário no estilo de uma homenagem puramente acadêmica, ou para vender livros; isso chega a ser, de um ponto de vista libertário, uma contradição e quase um insulto, uma contrafação. Hoje em dia nós temos movimentos sociais importantes que são, ao menos em parte, de algum modo explicitamente libertários, autogestionários, principalmente na América Latina (parte dos *piqueteros* argentinos, os zapatistas no México, várias ocupações de sem-teto no Rio de Janeiro...), mas não só na América Latina. Então, quer dizer, esse tipo de resgate, “academicizante”, na França, ou aquele (já dos anos 70) da revista *Antipode*, por exemplo, me parece, assim, que eles permanecem ainda limitados de um ângulo fundamental, que é o da *práxis*, da vinculação com a *práxis*. Então, é desse ponto de vista que eu acho que o resgate dele (Reclus) e de outros pensadores libertários ainda é insuficiente, não só na sua *extensão*,

mas sim, principalmente, no que se refere à sua “*organicidade*”!

CZ: Nós estamos nos estendendo enormemente, porque acho que são coisas que merecem uma discussão. Vamos, então, passar para a questão mais sobre a Geografia Clássica na Alemanha, que na realidade é pouquíssima conhecida aqui. Tem certa Geografia Clássica que é superficialmente conhecida, particularmente alguns autores tais que Ritter, Ratzel e Humboldt. Mas, e a Geografia mais recente, produzida na Alemanha? A gente desconhece praticamente tudo...

MLS: Não é só da Alemanha, não; nós não lemos os clássicos... Quem é que, hoje em dia, lê, por exemplo, Hartshorne, *A natureza da Geografia*, de 1939? Bom, aí pode dar a desculpa, por não estar traduzido, existe só em uma ou outra biblioteca no Brasil, por exemplo na UFRJ. Agora, por exemplo, *Questões sobre a natureza da Geografia*, de vinte anos depois, de 1959, que está traduzido pela Hucitec, quem lê atualmente? Quem é que lê os clássicos da Geografia Francesa: Vidal de la Blache, Jean Brunhes, Demangeon, Max Sorre?... Max Sorre, um autor que, inclusive, tem algumas coisas, alguns fragmentos traduzidos e publicados pela editora Ática¹⁹. Pouquíssima gente recupera os clássicos, e aí é interessante estabelecer um paralelo com outras ciências sociais, porque você não estuda Sociologia no Brasil, você não estuda Antropologia no Brasil, se não passar pelos clássicos da Sociologia e da Antropologia. Nós temos cursos de História do Pensamento Geográfico, quando existem, em que, na verdade, você, na melhor das hipóteses, lê livros introdutórios de autores contemporâneos; você não lê os clássicos, mesmo quando eles estão disponíveis em português e espanhol. Isso é um problema muito sério, é uma limitação muito séria. E poucas pessoas me parecem que têm buscado romper com isso.

CZ: Acaba, assim, tendo uma certa deficiência, mas a Geografia clássica já é mais conhecida pelo menos de uma maneira superficial, mas a Geografia alemã mais contemporânea não.

MLS: Que é a barreira da língua!

CZ: É, o problema da língua, e é praticamente desconhecido no Brasil o que se produz na Alemanha, salvo engano meu.

MLS: É, sem dúvida. Um autor como Hettner, por exemplo, com o qual a Geografia americana, sobretudo Hartshorne, dialogava o tempo todo. Foi o teórico talvez mais importante da Geografia clássica, e não só alemã; enfim, a Geografia Clássica era sobretudo franco-alemã até a Segunda Guerra Mundial. O Hettner, que é talvez o teórico mais importante daquele período, ele é totalmente desconhecido no Brasil. Enfim, nos temos, por exemplo, o Ratzel²⁰, mas há pouquíssima coisa traduzida...

CZ: Aquele livro organizado pelo Antônio Carlos Robert de Moraes

MLS: Exato. Que tem problemas de tradução, e aí vai fazer com que pessoas, por exemplo, atribuam a Ratzel um determinado conceito de território que, como eu tenho procurado mostrar, não se dá dessa maneira na *Geografia Política* de Ratzel. Então criam-se problemas em função do desconhecimento do original e dos problemas de tradução, ou da dependência da tradução. Porque inclusive nem sequer foi uma tradução direta do alemão...

CZ: Foi do italiano!

MLS: É, então quer dizer, imagine a quantidade de problemas que você vai acumulando. Como dizem os italianos: *traduttore, traditore* (“tradutor, traidor”)... Se você, ainda por cima, traduz de uma língua para outra, e dessa outra para outra, então você vai acumulando problemas...

CZ: Vamos agora passar para uma coisa contemporânea. Temos aqui uma questão sobre sua atuação na Coordenação do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NUPED) na UFRJ. Quais são as principais linhas de pesquisa e como atua esse núcleo?

MLS: Bom, deixa ver se eu vou conseguir

19- MEGALE, J.F.(Organizador). MAX SORRE. *Coleção grandes cientistas sociais. Geografia*, n°46. São Paulo: Ática, 1984.

20 - MORAES, A.C.R. (Organizador). RATZEL. *Coleção grandes cientistas sociais, Geografia*, n°59. São Paulo: Ática, 1984.

colocar em poucas palavras. Nós somos um núcleo que procura articular pesquisa com algum tipo de atuação para além da própria universidade. Então, nós - estou falando por mim, mas me permito, digamos assim, falar um pouquinho em nome daqueles que estão trabalhando comigo, há uma afinidade muito grande -, nós fazemos pesquisa engajada. E - enfatizo isso sempre que posso - de tal maneira que o adjetivo não sabote o substantivo... Ou seja, “engajado” não significa “panfletário”. É uma pesquisa comprometida, engajada. Nós temos várias experiências; tenho, pessoalmente, desde os anos oitenta, buscado interlocução e colaboração, sobretudo com os movimentos sociais, com organizações de movimentos sociais, mas sempre nos reservando o direito e o dever de exercer um pensamento crítico em todos os sentidos, inclusive no sentido da autocrítica. Quando temos divergências, elas são manifestadas. Quando você fala de diálogo, você está falando de uma tentativa de estabelecer relações horizontais, e não de condescendência ou de tutela, de nenhuma parte em relação à outra. Porque senão não é diálogo, é outra coisa.

Eu também, às vezes, costumo dizer que o melhor amigo não é aquele que sempre te dá um tapinha nas costas, diz que você é lindo, maravilhoso e que você está sempre certo. Então, é um diálogo que pressupõe uma franqueza, uma tentativa muito grande de estabelecer honestidade intelectual com aqueles que são os nossos parceiros principais, que são os agentes, as organizações dos movimentos sociais. Nós, eu e outras pessoas que trabalham comigo, nós procuramos ter uma relação, estabelecer vínculos de colaboração com movimentos sociais, mas mantendo nossa independência em relação a organizações específicas. Porque muitas vezes a gente fala “movimento social tal”, “movimento social tal”, e, na verdade, estamos nos referindo a *organizações* específicas. Porque o movimento social, por exemplo, o

Movimento dos Sem-Teto, comporta e abrange várias organizações. Muitas vezes os nomes das organizações nos confundem, porque muitas delas trazem a palavra “movimento” no seu nome. Mas, na verdade, uma coisa é o movimento social, outra coisa são as várias organizações que os compõem e que, às vezes, rivalizam entre si. Às vezes cooperam, e muitas vezes rivalizam, às vezes são até inimigas. Então, nós achamos importante que a nossa reflexão e colaboração não se atrele de maneira exclusiva a uma determinada organização, para que a gente possa inclusive exercer de maneira mais ampla a possibilidade - que se exige de um pensamento intelectual crítico - de, inclusive, contribuir com críticas construtivas. Ou seja, procuramos não transferir para nossa relação com os movimentos sociais aquilo que era, antigamente, o papel, digamos, do intelectual de partido, que se adéqua e obviamente se mantém subserviente à linha doutrinária do partido. Essa é a nossa posição, não é a única; e, portanto, está aberta para debate, porque existem várias maneiras de você cooperar e colaborar com os movimentos sociais. Essa é a maneira que me parece, sobretudo de um ponto de vista libertário, ter uma forma mais arejada. Em 2006, organizamos um simpósio na UFRJ, *Os Geógrafos e os Movimentos Sociais: Como Cooperar?* Foi uma tentativa de discutir sistematicamente essa questão: como cooperar de uma forma que não seja para, simplesmente, seguir a máxima de “o que é bom a gente mostra, o que é ruim a gente esconde”, que não seja simplesmente para ter uma postura panfletária? Que seja uma colaboração dentro daquilo que, me parece, se espera de um pensamento verdadeiramente crítico, não-panfletário. Isso é uma questão que não é trivial, porque existem várias maneiras, vários estilos, em alguns casos a gente tem restrições a determinados tipos de atuação, mesmo em relação a pessoas que nós respeitamos muito e que são nossos companheiros. Muitas vezes, aquilo que se produz como conhecimento derivado de uma interação com o movimento social é a linha de uma organização. Inclusive, muitas vezes silenciando-se sobre o papel e a importância de outras organizações que integram o mesmo movimento social. Então, isso a gente considera muito problemático.

CZ: Produzir a “verdade”, a gente sabe que sempre há uma relativização, não é isso? Não servir como correia de transmissão, não é? De um lado, não adotar uma posição reacionária, do outro lado também não adotar uma posição totalmente de submissão, guardar uma colaboração e uma distância crítica. Efetivamente é uma posição muito difícil. É um *entre-deux* que não é muito fácil.

MLS: A nossa postura, em matéria de princípios, do ponto de vista dos compromissos assumidos, é uma postura muito clara. Raramente você vai ter um movimento social que seja puxado por uma única organização e, obviamente, se você se atrela exclusivamente a uma dessas organizações, isso vai implicar, eventualmente, algumas distorções ou alguns empobrecimentos na sua própria análise e, em última instância - o que é interessante do ponto de vista político também -, é a sua possibilidade de colaborar de maneira mais construtiva com o movimento como um todo.

CZ: A idéia agora é mudar um pouco de registro, analisando as suas obras. A gente escolheu quatro: *O Desafio Metropolitano*, *Mudar a Cidade*, o *ABC do Desenvolvimento Urbano* e *A Prisão e a Ágora*.²¹ Então, a primeira questão diz respeito a *O Desafio Metropolitano*, você já se referiu anteriormente ao fato que, na sua tese, as preocupações com a criminalidade e a violência já estavam presentes. Portanto, esse livro é um coroamento, em fins dos anos 1990, de uma problemática que tinha se iniciado lá atrás?

MLS: Exato, porque ele sintetiza inclusive os resultados de um enorme projeto de pesquisa financiado pelo CNPq sobre os impactos sócio-espacialmente desestruturadores/reestruturadores do tráfico de drogas nas cidades brasileiras, em cujo âmbito eu fiz trabalhos de campo em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Recife e em Curitiba. Outro trabalho, que é um artigo, mas é um artigo extenso, publicado na coletânea *Brasil: Questões atuais sobre a reestruturação do território*, organizado por Iná Elias de Castro, Roberto Lobato Correa e Paulo César da Costa Gomes²², tem um artigo meu chamado *As*

drogas e a questão urbana no Brasil, de 1996, que já é, digamos assim, um dos momentos de síntese por que, além da tese, eu já tinha em 1994 e 1995, publicado vários artigos sobre isso. Depois, em 1997 e 1998, eu publiquei outras coisas das pesquisas que prosseguiram e, em 1999, eu entreguei esse livro (*O Desafio Metropolitano*) para a editora publicar em 2000. Ele é um esforço de síntese num outro patamar, mais completo e, ao mesmo tempo, é um livro que não lida apenas com isso. Tem um capítulo sobre a crise do ativismo de bairro, dos ativismos urbanos típicos do final dos anos 1970 e dos anos 1980; eu retomo coisas da minha tese de doutorado, eu analiso ali de maneira sistemática os diferentes fatores dessa crise, etc. Procuro fazer um balanço e, ao mesmo tempo, analisar o que ficou e o que fica de um legado positivo, as contribuições, enfim, por que várias coisas interessantes ficaram a título de legado.

CZ: É uma obra com essas suas preocupações bastante *avant-gardista* no que diz respeito à preocupação com a questão da criminalidade dentro da Geografia. Na realidade, pouco se fala até hoje desse tema, tirando raras exceções.

MLS: Quando eu comecei a trabalhar com esse tema... Quer dizer, chego no Brasil, voltando do doutorado em 1993, e imediatamente dou prosseguimento a esse tipo de trabalho que é um vetor dentro da minha tese de doutorado. Resolvi torná-lo um dos centros das minhas preocupações. Criminalidade e tráfico de drogas eram vistos como temas exóticos, e a minha dificuldade era, num plano estritamente acadêmico, mostrar que nós cada vez menos iríamos entender uma série de coisas com relação à dinâmica da produção do espaço das nossas cidades (e não só das metrópoles e grandes cidades) senão se abordasse esses temas. Num plano político e também intelectual havia uma dificuldade adicional, que estava já muito claramente formulada explicitamente naquele artigo de 1996, *As drogas e a questão urbana no Brasil*, que era uma tentativa de discutir essas questões de um ponto de vista crítico, de um ponto de vista não conservador. Ou seja, você tem que reformular os referenciais, reinventar um discurso para

21- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio Metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. *Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

22- CASTRO, I.; GOMES, P.C.C e CORRÊA, R.L. (Organizadores) *Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

Entrevista com o professor Marcelo Lopes de Souza: A hora e a vez do pensamento libertário na Geografia

você poder discutir determinadas coisas que o *mainstream* acadêmico na Sociologia e na Geografia, que o senso comum e que aquilo que é veiculado na grande imprensa tratam, em geral, de modo bastante conservador. Então, discutir isso, reinventar a possibilidade de discutir essas questões de um ângulo que não seja conservador, não é uma questão trivial.

CZ: Inclusive alguns geógrafos ressuscitaram, de maneira conservadora, discursos do século XVIII sobre o determinismo climático sobre a criminalidade...

MLS: É, a gente tem coisas horríveis, até mesmo um certo neo-lombrosianismo. No livro *Fobópole*²³ menciono o Kropotkin, que tem um trabalho sobre as prisões de um ponto de vista crítico - ele não era o único, porque na verdade, o pensamento libertário e também o marxista tinham uma visão bastante crítica a esse propósito. Foucault, nos anos 1970, vai retomar essas questões, de maneira mais sistemática, mais profunda, uma visão crítica sobre o papel da prisão, o papel das instituições repressivas e tudo. Mas nós podemos ver que Kropotkin já tinha trabalhos interessantíssimos sobre a prisão e o seu papel para o sistema.

CZ: Você não acha que há uma espécie de solidão quando você trata de uma temática dessas? Eu digo que a gente dialoga muito mais com os sociólogos e antropólogos do que propriamente com geógrafos, exatamente por não se colocar isso como importante no interior dos estudos sobre a cidade?

MLS: Eu acho, Cláudio, que está começando a mudar, porque tem gente jovem aí, inclusive socializados neste ambiente violento de hoje em dia, gente que está agora com vinte e poucos anos, em que essas questões não são vistas como questões exóticas... E nesse contexto, alguns, pelo menos, para além da preocupação da sua angústia existencial, do medo e tudo, têm uma preocupação e um desejo de terem uma reflexão sobre o problema, uma reflexão crítica. Então, você começa a ter tentativas de jovens geógrafos de refletir sobre essas coisas, mas ainda é muito pouco, e isso ainda não aparece nos nossos eventos, nos

SIMPURBs (Simpósios de Geografia Urbana), nos congressos. Algumas coisas já começam a aparecer, mas ainda não são muito visíveis, provavelmente a gente ainda vai precisar de algum tempo, de acúmulo e de experiência. Ainda é uma solidão muito grande, mas eu acho que ela é bem menor do que era aquela que eu sentia no começo dos anos 1990.

CZ: Certamente. Então, agora vamos passar para outro livro, *Mudar a Cidade*, que tem uma preocupação que existia desde sua tese, ou mesmo de antes, com os movimentos sociais, mas que também tem um recorte voltado para a questão do planejamento. É um livro crítico, que mostra um pouco o que é o planejamento no Brasil, que faz o histórico também do Urbanismo, do urbano, etc., e, ao mesmo tempo, é um livro que, de uma certa maneira, tem um lado manual, se eu posso me permitir essa reflexão.

MLS: É, isso inclusive está dito no prefácio, o livro é uma mistura de manual com ensaio

CZ: Exatamente. O que é interessante, pois é muito lido por arquitetos e urbanistas. Então, eu queria que você falasse um pouco da história da construção desse livro. Ele também é o coroamento de certo caminho trilhado na reflexão sobre os movimentos sociais, mas acoplado com a questão do orçamento participativo e do PDM (Plano Diretor Municipal). Escrito em 2001, ele foi publicado em 2002. Portanto, foi elaborado na época da aprovação do Estatuto da Cidade, 2001, e ainda a Ermínia Maricato não havia assumido o posto tão importante (Secretaria Executiva) no Ministério das Cidades em 2003, quando se instaura uma política mais democrática em relação à elaboração dos documentos de planejamento urbano e à participação da população.

MLS: Então, veja. Vamos só reforçar e explicitar melhor, talvez, uma coisa. O *Mudar a Cidade* explicita uma preocupação minha desde sempre com o seguinte: embora, no que se refere a possibilidades e perspectivas de transformação sócio-espacial, eu acredite fundamentalmente na *ação direta* (e, portanto, eu vou subordinar a *luta institucional*, do

23- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole. O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2008.*

ponto de vista de princípios e do ponto de vista programático e estratégico, à ação direta, vou subordinar o “com o Estado”, ao “apesar do Estado” e ao “contra o Estado”), nunca achei que fosse razoável, nem do ponto de vista estritamente intelectual nem do ponto de vista político, simplesmente *ignorar* o aparelho do Estado ou fingir de conta que ele não existe. Considero as posturas desse tipo moralmente respeitáveis, porém preguiçosas mentalmente, porque do ponto de vista tático frequentemente é impossível ou, pelo menos, não faz sentido você deixar de cogitar a possibilidade de buscar acesso a fundos públicos, ou você procurar explorar da melhor maneira possível uma margem de manobra legal - por mais que ela se apresente lacunar e limitada, às vezes, contraditória internamente, com tensões internas. Ou seja, se há uma legislação pura e simplesmente conservadora, então que seja repelida e denunciada, mas às vezes as leis formais apresentam uma margem de manobra para alguns ganhos, alguns avanços, algumas conquistas.

Vamos, então, discutir, e não, por excesso de medo ou por preguiça mental, simplesmente querer fazer de conta que a legislação (por exemplo, urbana) não existe, ou fazer daquela famosa máxima “não sei, não quero saber e tenho raiva de quem sabe” um princípio operacional, o que me parece uma coisa obscurantista. Agora, por outro lado isso exige, como muitas coisas na vida, uma enorme capacidade de valorizar a tática sem sacrificar a estratégia, de valorizar o que é possível no curto prazo e no médio prazo sem perder de vista jamais o horizonte de longo prazo – porque, se você perde o horizonte de longo prazo, o meio vira fim, e o fim finda... Valorizar e saber fazer uma análise de conjuntura sem jamais perder de vista ou abrir mão da capacidade de fazer uma análise estrutural é algo essencial. Quer dizer, então, conjugar essas coisas é difícil; muitas vezes, na prática política (e na academia, por incrível que possa parecer)

há uma predileção por respostas simples. O problema é que as problemáticas muitas vezes são complexas, e elas rejeitam respostas simples e soluções simples. Então, a gente tem um desafio aí, e ele é intelectual, ele é organizativo. Então, o *Mudar a Cidade* é uma tentativa de refletir em vários níveis articulados. Por exemplo: o que é reforma urbana? O ideário da reforma urbana foi construído principalmente contendo propostas, bandeiras e instrumentos para serem implementados por iniciativa do aparelho de Estado! Isso coloca, do meu ponto de vista, uma série de limitações muito importantes, o que não significa que, no meu entendimento, à luz do bom senso, à luz de tudo isso que eu acabei de falar, que seja razoável pensar “bom, então vamos ignorar que exista a possibilidade de aplicação do IPTU progressivo no tempo; não nos interessa saber o que é contribuição de melhoria; para mim, pouco importa se há qualquer diferença entre o zoneamento do uso do solo funcionalista e um zoneamento de prioridades, em que se estabeleçam as Zonas Especiais de Interesse Social, os mecanismos de regularização fundiária etc.”! Isso seria, em minha opinião, uma postura infantil, uma postura obscurantista, perigosíssima. Então, o que na luta institucional, ou seja, aquele tipo de busca de cavar trincheiras, construir barricadas, conquistar avanços do ponto de vista material, do ponto de vista político pedagógico, o que é possível fazer dialogando com instituições do Estado (o que exige, do meu ponto de vista, sempre uma gigantesca cautela e uma desconfiança permanente, porque, em última instância, o Estado é uma estrutura heterônoma), utilizando também as potencialidades presentes em alguns marcos legais, inclusive também exercendo uma função propositiva, ou seja, as lacunas que existem? Vamos, inclusive, sugerir o que se poderia fazer para que lacunas possam ser preenchidas, etc.

Por isso me dou ao trabalho de participar de audiências públicas em Brasília para discutir a “Lei de Responsabilidade Territorial Urbana”, que substituirá a atual Lei 6.766/79. Seria uma postura infantil se eu dissesse “não me interessa, não vou discutir isso, isso é uma

Entrevista com o professor Marcelo Lopes de Souza: A hora e a vez do pensamento libertário na Geografia

discussão de uma lei formal para ser votada no Congresso, portanto, não tem nada a ver comigo”. Seria de uma estupidez absoluta. Agora, é necessário perceber os limites de cada terreno, de cada frente de batalha... E não esperar demais dos resultados da luta institucional. Em matéria de *práxis*, de ação sócio-espacialmente transformadora, a prioridade deve ser, sempre, da ação direta.

O *Mudar a Cidade*, portanto, vai dialogar também intensamente com a questão do plano teórico-conceitual e com o plano operacional, dando vários exemplos da chamada questão da participação popular no planejamento e na gestão promovidos pelo Estado. Enfim, há muita mistificação, existem algumas experiências muito interessantes, promissoras, e existe uma maioria de experiências muito problemáticas que inclusive com frequência envolvem muito mais cooptação do que qualquer outra coisa; desmobilizam, desarmam... Mas, não é pelo fato de você ter uma predominância, às vezes esmagadora, de experiências fracas ou ruins, que vai fechar os olhos para a existência real de algumas experiências que representaram avanços, conquistas de algumas maneiras. Finalmente, no *Mudar a Cidade*, eu discuto uma coisa, eu coloquei um capítulo especificamente sobre isso, por que a reflexão sobre planejamento, sobre gestão no Brasil, além de ela ser reduzida ao Urbanismo, o que é um despautério, ela é com muita frequência também, eu diria quase sempre, inclusive nos ambientes ditos de esquerda, ela é restringida à produção intelectual sobre as práticas de planejamento levadas a efeito na academia e pelo aparelho de Estado. Acontece que a gente tem interessantes exemplos, inclusive no Brasil, desde a construção da bandeira de urbanização de favelas em meados dos anos 1960 até experiências recentes com o movimento dos sem-teto, onde nós temos experiências e reflexões sobre um *planejamento efetivamente produzido a partir das bases*. E eu não estou falando, simplesmente, de “participação popular” ou em esquemas de planejamento participativo patrocinados pelo Estado; mas eu estou falando, realmente nos níveis de “apesar do Estado” e “contra o Estado”. Os movimentos sociais, e principalmente aqueles

que são os verdadeiros movimentos sociais, eles não se restringem a uma postura reativa. Têm uma postura *proativa* e, às vezes, um nível de sofisticação intelectual elevado, que a gente subestima porque desconhece.

A capacidade que alguns militantes, algumas organizações, têm de saber lidar com marcos legais (como por exemplo, o Estatuto da Cidade), saber pegar um Plano Diretor e fazer uma análise dos efeitos esperáveis daquele tipo de documento, saber ter uma visão clara para poder realmente planejar as suas ações (por exemplo, da situação da propriedade fundiária em determinado município, das questões relativas à sensibilidade ambiental, onde é que estão as áreas de proteção de mananciais, onde é que estão as áreas de reserva legal, onde é que estão as áreas de proteção ambiental...). Isso é uma coisa muito interessante, e no *Mudar a Cidade* tem um capítulo inteiro onde eu - depois de discutir as vertentes que emanaram do meio acadêmico, com relação à história do planejamento urbano - questiono: e fora dos ambientes profissionais, onde muita coisa aconteceu e tem acontecido? Agora, esse tipo de aprofundamento vai acontecer, sobretudo, em outro livro, que é *A Prisão e a Ágora*, de 2006. Nesse livro eu vou aprofundar uma discussão que já começa no *Mudar a Cidade* que é aquilo que vou chamar, é um neologismo que criei, do “*autoplanejamento*”, que é o par complementar e, a meu ver, é um par profundamente lógico, da *autogestão*. Porque os conceitos de gestão e do planejamento são diferentes, são complementares, mas diferentes. E, se há uma tradição antiqüíssima de pensamento libertário a respeito da autogestão, o “autoplanejamento” é uma complementação necessária, o que nos ajuda inclusive a abrir a cabeça para verificar que planejamento não é um termo maldito que tenha a ver simplesmente com posturas conservadoras ou com iniciativas simplesmente do aparelho de Estado.

Contraponho, assim, a autogestão e o “autoplanejamento” à heterogestão e ao “heteroplanejamento”. Hetero = diferente; auto = o próprio. Ou seja: radicalmente autogestionários, autônomos, horizontais. Agora, uma coisa que eu vou chamar a

atenção no próprio *A Prisão e a Ágora* e em outros trabalhos é que heterogestão e “heteroplanejamento” não são, infelizmente, monopólios do aparelho de Estado, porque nós temos organizações de movimentos sociais que também apresentam elementos verticais/autoritários na sua prática, na sua dinâmica; ou seja, existem elementos de heterogestão e de “heteroplanejamento” lá onde você, talvez, esperava encontrar apenas autogestão e “autoplanejamento”... Isso se manifesta na maneira como eles travam as suas dinâmicas para ocupar os seus espaços, territorializar os espaços, formar as suas redes territoriais. As suas práticas espaciais, algumas vezes, apresentam elementos autoritários.

CZ: Nesse sentido você não acha que há uma “determinação indeterminada”, como fala Bourdieu, de disposições adquiridas, sociais e praticamente, que de uma certa maneira balizam a ação dos sujeitos e dos atores sociais. Assim, os discursos, como você falava a pouco, sobre a questão dos aparelhos e das organizações, não são suficientes para garantir um *label* de progressista. Penso que é nesse vertente um pouco que você coloca as coisas e que, muitas vezes, a grande dificuldade desse exercício crítico é exatamente que movimentos que estão e que são produzidos, socialmente, não se vêem e não podem se ver, numa certa medida, na posição que eles estão.

MLS: Depende. Contradições existiram sempre. A questão é que a gente está vivendo numa época particularmente confusa e propícia a confusões e contradições, muitas vezes mais latentes que manifestas, e onde as referências são enganadoras. A auto-representação (estamos falando das representações sociais) de um sujeito coletivo obviamente é insuficiente para que você possa ter uma visão profunda e crítica do que é o seu papel, do que é a sua dinâmica. Então, você ter um olhar não-ingênuo sobre a realidade é uma exigência o tempo todo, para um pensamento crítico. Pensamento que deve ser, também, *autocrítico* o tempo todo. Então, saber perceber as contradições de uma forma crítica implica, inclusive, você perceber imperfeições ou contradições ou tensões, mas não para utilizar isso de uma forma conservadora,

mal-intencionada, de má fé, para desacreditar um movimento ou conjunto de movimentos, ou para engrossar o caldo do pessimismo dizendo: “bom, então, não tem jeito mesmo, porque ninguém se salva, ninguém escapa”. Ou seja, esse tipo de simplismo, de “Filosofia de porta de botequim”, de “pensamento pessimista schopenhaueriano de mesa de bar” que desarma, que desmobiliza.

CZ: Que é cínico também, não é?

MLS: Que é cínico! E leva ao imobilismo. Se você parte da expectativa de que você vai lidar com criaturas perfeitas e imaculadas, inevitavelmente você vai se frustrar, por que ninguém é assim, nem você mesmo. Mas aí, voltando para um plano macro e inserindo a questão dos atores que tentam se transformar como sujeito num contexto de formação de um sujeito coletivo, inserindo isso num plano macro, nós temos exatamente o tempo todo a situação desses atores que se insurgem, eles se insurgem a partir de dentro de um contexto no qual eles foram socializados e, no qual, eles continuam em grande parte tendo que viver e conviver e sendo bombardeados, senão o tempo todo, pelo menos boa parte do tempo, por valores, por mensagens, por símbolos que são símbolos que buscam reforçar deliberada ou não deliberadamente, mas que reforçam, por exemplo, comportamentos patriarcais, racistas, autoritárias, preconceituosas, etc. Então, esse infra-poder heterônomo introjetado por quase todos nós, ele está aí atuando.

Então, é um esforço de vários tipos, por que não é apenas num plano, digamos, de construção de relações de poder explícito de outro tipo, a busca de independência, digamos, material e econômica, seja em relação ao aparelho de Estado, seja em relação ao mercado capitalista; é também uma batalha, ou uma guerra, melhor dizendo, no plano simbólico: disputas simbólicas. E aí, voltando a uma questão que você havia mencionado a propósito de Castoriadis: por que ele vai

Entrevista com o professor Marcelo Lopes de Souza: A hora e a vez do pensamento libertário na Geografia

dialogar intensamente com as tradições da psicanálise, a começar, sobretudo, com Freud? Porque, para Castoriadis, não existe sociedade livre sem indivíduos livres, e vice-versa. Então, se você vai discutir a autonomia, é insuficiente você discutir a construção e a possibilidade de autonomia enquanto autonomia *coletiva*, ou seja, instituições que garantam o máximo de liberdade possível e de igualdade efetiva de condições de participação em processos decisórios (o que vai, por exemplo, pressupor uma ausência de assimetrias econômicas significativas a ponto de restringir a igualdade e a possibilidade de participação no processo decisório). Ele vai discutir, também, a questão da autonomia *individual*, que tem a ver, por exemplo, com que grau de lucidez, de autoconhecimento, você pode participar de processos decisórios explícitos ou, em termos mais abrangentes, você pode atuar de maneira coerente com práticas emancipatórias no interior de uma sociedade, o que vai pressupor que você estabeleça outro tipo de relação com os seus próprios desejos. Existe uma série de questões relativas a isso que tem a ver com uma coisa na qual se investiu pouco, porque, entre as muitas segmentações produzidas pela divisão do trabalho acadêmico, ao lado das segmentações entre as próprias ciências sociais e entre elas e a Filosofia, existe o fato de que a Psicologia, até certo ponto (até mesmo a Psicologia Social), ela é tratada como uma coisa muito distante e, no entanto, o que o Castoriadis procurou chamar a atenção é para o fato de que a psique, o plano da psique e o plano das relações sociais (e ele esqueceu da dimensão espacial, que tem que ser obviamente inserida aí também), são dois planos complementares e, ao mesmo tempo, são dois pólos onde um não é redutível ao outro. Se isso não for bem considerado, você não vai poder discutir de maneira conseqüente a questão da indissociabilidade entre autonomia individual e autonomia coletiva. São dois planos complementares e, ao mesmo tempo, são dois pólos onde um não é redutível ao outro. Se isso não for bem considerado, você não vai poder discutir de maneira conseqüente a questão da indissociabilidade entre autonomia individual e autonomia coletiva.

CZ: E o Reclus dizia, ao modo dele, no fim século XIX, “para se dar, tem que se pertencer”. Quer dizer, esse resgate da autonomia, lá no século XIX, é muito interessante. Mas, eu aproveito só pra quicar, digamos assim, em cima do que você levantou, dessa noção mesmo da autonomia individual. O Bourdieu, em num momento, se refere a essa questão da auto-análise, que vai, penso eu, no mesmo sentido dessa concepção do Castoriadis, fundada na psicanálise. Ele se interroga sobre como é que os indivíduos se posicionam em relação à sua ação, à sua obra de intelectual e à perspectiva de onde eles falam, quer dizer, que daí não é só a autonomia do sujeito ou o do Outro que se vai estudar, mas do próprio sujeito que está produzindo ou buscando a informação e a pesquisa. Como é que você se colocaria em relação a isso?

MLS: Tenho algumas trincheiras que tenho procurado cavar e aprofundar, algumas já antigas. Uma coisa que me parece fundamental é investir na formação de jovens pesquisadores, de jovens professores que possam - e aí o desafio é duplo - manter a inquietude e possam manter acesa a chama da preocupação incorformista, tendo um olhar não-conformista e crítico sobre a sociedade; mas (e aí vem um complemento), além disso, que possam representar olhares alternativos, libertários, em relação ou em comparação com aquilo que predominou dentro do pensamento crítico da Geografia e das ciências sociais em geral entre os anos 70 e 90, que foi o pensamento marxista - ainda que dialogando com respeito intelectual necessário com as diferentes vertentes e tradições de pensamento marxista. Seria um obscurantismo muito grande não querer estudar e travar contato com esse pensamento, porque, afinal de contas, é um legado intelectual gigantesco (inclusive, até mesmo para você poder perceber melhor certas insuficiências e estabelecer certas diferenças, você, para dizer uma obviedade, tem que conhecer...). Então, essa, pra mim, é uma trincheira fundamental: investir, colaborar para a formação dos pesquisadores e dos professores de amanhã, tentando persuadi-los, tentando inspirá-los para que eles percebam que, principalmente, se você assume esse

tipo de preocupação, de valores, como premissa, seria uma incoerência você procurar desenvolver o seu trabalho sem interagir com os agentes. Porque a produção teórica, verdadeiramente crítica, bem informada, obviamente não pode se fazer sem contato com a práxis, a práxis que está acontecendo em todos os lugares, eventualmente até dentro da universidade, mas sobretudo os agentes que estão ali transformando em várias trincheiras, em várias barricadas a realidade.

No que se refere ao meu trabalho estritamente como pesquisador, o que eu posso dizer agora é que eu pretendo continuar aprofundando algumas trilhas que eu já venho abrindo, e uma delas - que, de certa forma, é a mais importante - é sobre o papel dos movimentos sociais na produção de espacialidades alternativas. E aí, uma coisa, que está discutida num capítulo do meu último livro, Fobópole, o capítulo 3, e que é uma coisa que a mim me mobiliza muito, é exatamente como os movimentos sociais urbanos têm reagido, que tipo de respostas eles tem dado, para essa problemática que é uma das mais fundamentais hoje em dia, que é a problemática da assim chamada violência urbana, do medo generalizado... Porque essa problemática se situa no entrecruzamento das questões da justiça e da liberdade, com a questão da segurança, em que essa preocupação com a segurança, com frequência cada vez maior, vem sendo usada para justificar as ações do Estado (mas não só do Estado), sacrificando as outras duas, a justiça e a liberdade. E como é que os movimentos sociais reagem e têm reagido diante disso?... Então, para mim, essa é uma questão fundamental, que tenho discutido com eles, debatido com eles, e que para mim é das mais relevantes.